



# Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

## RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS PARA ANALISAR AS GESTÕES PÚBLICAS ESPORTIVAS APLICADAS AO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO

Relator Vereador Marcos Papa

C.M.R.P	
Res. ....	40/18
Fl. ....	03
Rub. ....	77

### 1. DA CONSTITUIÇÃO DA CEE

A Câmara Municipal de Ribeirão Preto aprovou o Requerimento nº 20/56 de autoria do Vereador Boni, propondo a constituição de uma Comissão Especial de Estudos com a finalidade de “ANALISAR AS GESTÕES PÚBLICAS ESPORTIVAS APLICADAS AO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO”.

Ficou instituída nos termos dos artigos 29, inciso IV, 42, 53 e 114, inciso IV, todos do Regimento Interno (Resolução nº 174, de maio de 2015), nomeando os membros componentes da CEE, a saber: Boni (REDE), Marcos Papa (REDE) e Paulinho Pereira (PPS), sob a presidência do primeiro designado.

### 2. DA ASSESSORIA TÉCNICA

A presente comissão de estudos tece o subsídio e o apoio de profissionais esportivos, cada qual auxiliando em uma área, conforme relacionado

*Relatório Final da CEE do Esporte – Rel. Vereador Marcos Papa*

abaixo:

- i. Esporte de Competição: Miguel Jabur.
- ii. Esporte de Formação: Marco Antônio Custódio da Silva.
- iii. Esporte Social e Lazer: Paulo Sargento.
- iv. Esporte Educacional: Christian Vianna.

### 3. DO FUNCIONAMENTO DA CEE

<b>C.M.R.P</b>	
Res. ....	40/18
Fl. ....	03
Rub. ....	70

Considerando a importância do esporte no desenvolvimento educacional de crianças e jovens, ensinando-os, sobretudo, os princípios basilares de convivência social, como responsabilidade, integridade, comprometimento e trabalho em equipe, sendo que esse investimento é de responsabilidade do executivo municipal, e que houve um questionamento generalizado dos profissionais que atuam nesta área, mormente com a metodologia utilizada atualmente pela Secretaria de Esporte, foi requerida a constituição da presente Comissão de Estudos para analisar a gestão Pública Esportiva de Ribeirão Preto, composta por três vereadores.

Em cumprimento aos ditames regimentais, em 04 de maio de 2018, às 16h30 foi devidamente INSTALADA a Comissão Especial de Estudos, com definição do relator e cronograma de trabalho.

Na mesma data, o presidente desta comissão, Boni esclareceu o papel desta CEE, que tem como finalidade averiguar e analisar os pontos que necessitam de aperfeiçoamento na gestão municipal do esporte, nos termos do disposto na Resolução nº 41/2018, sendo o Vereador Marcos Papa indicado para a Relatoria da CEE.

A seguir foram realizadas as oitivas dos convidados pela CEE, que em

Relatório Final da CEE do Esporte – Rel. Vereador Marcos Papa

muito fomentaram e elucidaram o debate, levantando as questões mais importantes que ocorrem atualmente com área dos esportes, apontando acertos e erros dos últimos anos de gestão na pasta.

C.M.R.P	
Res.	40/18
Fl.	04
Rub.	<i>[assinatura]</i>

#### 4. RELATÓRIO

O primeiro convidado, Sr. Eduardo Mauro Baptista (DADO), com trinta e quatro anos<sup>1</sup> de trabalhos junto à Secretaria de Esportes. Consignamos aqui que a atual Secretaria de Esportes foi criada em 1993, substituindo a SUDERP, e que à época desta, o convidado afirmou existirem somente dois cargos, quais sejam o de superintendente e auxiliar de superintendente. Frisou que a pasta, juntamente com a da Cultura, são as mais deficitárias de investimento no município, se que mesmo assim sempre houve esporte em Ribeirão Preto, e que a secretaria atualmente “faz mais do que pode”, já que os recursos com o escasso orçamento, deixando a desejar no investimento de trabalhos mais aprofundados. Em seu relato, elucida que cidades como Santos, Santo André, São Caetano, e até mesmo Franca e Araraquara possuem um modelo de gestão do esporte mais eficiente e adequado que o de Ribeirão Preto, cuja estrutura administrativa ainda se espelha na década de 90, e que **um dos principais entraves à efetiva atuação do Poder Executivo Municipal na fomentação de políticas públicas para a área, é a falta de continuidade dos trabalhos esportivos devido às mudanças que ocorrem por questões políticas, conforme se muda e altera o comando da secretaria.**

Após questionamento do presidente desta CEE, o convidado afirmou que em um mesmo mandato passaram pela pasta 05 secretários, inclusive vereadores, e outros que ficaram apenas um mês à frente da secretaria, e que diante disso, era **impossível** desenvolver um trabalho eficiente e duradouro.

<sup>1</sup> Informação dada pelo convidado e devidamente registrada na ata de instalação da CEE.

Consignaram os vereadores Marcos Papa e Boni, já em 2012, o interesse na criação de um Conselho Municipal de Esportes, justamente para que os problemas relatados pelo convidado não mais ocorressem. Os critérios técnicos para a escolha de um secretário da Fazenda ou do Planejamento não são, infelizmente, os mesmos adotados para o Esporte. O participante Álvaro Tonzar da Silva, oportunamente, ilustrou “gafe” de um secretário da pasta, quando no programa do saudoso Wilson Toni não soube diferenciar uma bola de vôlei e uma de basquete.

O orçamento, também é insuficiente para a celebração das políticas necessárias. Com menos de 0,5% (verba esta de quando a pasta trabalhava com treze modalidades desportivas), o município não tem condições de trabalhar com quarenta e cinco equipes, sendo *verdadeiro milagre* diante da verba escassa.

Cidades de Franca e Araraquara vem se consagrando vencedoras nas últimas edições dos Jogos Regionais porque os trabalhos são realizados por fundações, e não por secretarias, decorrendo daí uma maior autonomia e liberdade de trabalho, que proporciona um resultado muito mais efetivo, do que o praticado pela política pública vinculada a uma pasta do executivo municipal, cujo modelo remete aos anos 80.

No mais, o Poder Executivo Municipal atua e patrocina hoje em áreas que não são prioridade. Não há políticas de longo prazo para a formação dos jovens e atletas nas modalidades desportivas. A Prefeitura investe nas equipes de rendimento deixando de lado o trabalho de base e de formação de novos e potenciais atletas.

Pelas oitavas realizadas, retrata-se em Ribeirão Preto, que o modo de fazer e de gerir a política pública desportiva encontra-se defasada, e, sobretudo, **ineficiente**, se partirmos da premissa de que o ente público com sua verba deve

Relatório Final da CEE do Esporte – Rel. Vereador Marcos Papa

C.M.R.P	
Res. ....	40/18
Fl. ....	05
Rub. ....	<i>[Assinatura]</i>

incentivar e fomentar o interesse de jovens atletas para que no futuro se tornem fortes para conquistarem um patrocínio.

Conforme exposto pelo convidado Marcelo Hirono, a Cava do Bosque já foi um grande celeiro de atletas, com equipamentos e excelentes profissionais, e que basta uma união entre os responsáveis para que ocorra, de fato, a revitalização do centro esportivo, com a sua efetiva recuperação, para alavancar e novamente auxiliar no fomento e no desenvolvimento de novos atletas.

## 5. CONCLUSÕES

C.M.R.P	
Res. ....	40/18
Fl. ....	06
Rub. ....	702

Em virtude dos fatos mencionados, e levando em consideração os aspectos observados na gestão do esporte em nosso município, mormente a dificuldade de se produzir e fomentar uma política de gestão do esporte que tenha **continuidade**, independentemente de questões políticas, e da substituição do comando da pasta, é necessário que as políticas públicas voltadas ao esporte sejam essencialmente criadas de modo que não venham a ser um sacrifício para a secretaria dos esportes, em nenhum aspecto.

Percebe-se também que dentro do quadro de funcionários da pasta há uma grande sensação de desmotivação atrelada, mormente, à dificuldade de se manter uma política esportiva coerente, planejada, que possua uma fase inicial e final, consagrando um trabalho verdadeiramente benéfico ao aluno e ao esportista. Quem continua trabalhando pelo esporte no município de maneira eficiente, assim o faz por paixão, e não ganham absolutamente nada em contrapartida.

Para que de fato ocorra uma **evolução** no desenvolvimento de políticas públicas **eficientes** dentro do município de Ribeirão Preto, far-se-á

necessário a criação de uma Fundação do Esporte, trabalhando em conjunto com a relacionada secretaria, somando esforços para que a *praxe* político-partidária não continue a romper as políticas e ações que gerem resultado, simplesmente pela troca das cadeiras que ocorre invariavelmente gestão após gestão.

Uma Fundação teria como objetivo basilar o desenvolvimento de projetos de inclusão social, formação de atletas de rendimento esportivo, trabalhando junto ao município, se consubstanciando em uma entidade gestora do esporte, enquanto que a secretaria do esporte trabalharia exclusivamente nas questões políticas vinculadas à área.

É preciso separar a gestão do esporte da máquina política, para que de fato ocorra a fomentação de políticas contínuas e eficientes, independentemente do grupo político que esteja no poder, motivo pelo qual a criação de uma Fundação do Esporte, como ocorre em tantos municípios no Brasil, como *São Bento do Sul/SC; Gaspar/SC; Navegantes/SC; Bombinhas/SC; Campo Grande/MS; Blumenau/SC; Indaial/SC; Palmas/To; Pontagrossa/PR*, e tantas outras.

Lado outro, haveria de ser recurso aos problemas narrados neste parecer, a criação de um Fundo Municipal do Esporte objetivo de vincular receitas públicas em benefício do esporte em todo o território do Município de Ribeirão Preto, cujas receitas poderiam vir a ser constituídas (i) por dotações orçamentárias próprias do município, (ii) contribuições em dinheiro, bens móveis e imóveis, doações e legados de pessoas físicas e jurídicas de direito privado, com destinação exclusiva para a prática esportiva, (iii) receitas oriundas de convênios celebrados e consórcios públicos, tendo por objetivo a fomentação do esporte em nosso município, (iv) auxílios, subvenções e contribuições de pessoas jurídicas de direito público, com fins específicos de aplicação no setor esportivo, (v) rendimentos e receitas provenientes de quaisquer aplicações financeiras dos recursos aplicados no

C.M.R.P	
Res.	40/15
Fl.	04
Rub.	11

respectivo fundo, (vi) quaisquer outras receitas que possam vir a ser destinadas à área do esporte como doações de entidades e/ou organismos internacionais, e outras formas de financiamento que se adequem ao projeto.

Tais soluções teriam o condão de enfrentar um dos principais problemas das políticas públicas voltadas ao esporte, mormente à questão do baixíssimo orçamento e à falta de **continuidade** dos programas devido às cadeiras que se alteram eleitoralmente.

Insta enfatizar que o próprio **Conselho Municipal do Esporte** se encontra alinhado com soluções como as que estão sendo apresentadas neste relatório, motivo que reforça e corrobora a conclusão desta comissão que estudos.

Diante do exposto, consideram-se concluídos os trabalhos nesta data.

Nestes termos, estas são as razões conclusivas que fundamentam o respectivo **RELATÓRIO FINAL** que apresentamos ao Douto Plenário desta Egrégia Casa de Leis,

Ribeirão Preto, 29 de março de 2019.

  
**Marcos Papa**

Vereador - Rede Sustentabilidade

Relator



**Boni**

Vereador – Rede Sustentabilidade



**Paulinho Pereira**

Vereador - PPS

<b>C.M.R.P</b>	
Res.	40/18
Fl.	08
Rub.	702